



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 011 CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 14 DE MARÇO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

**NELSON JUSTUS**  
Presidente - PFL

**ANTONIO ANIBELLI**  
1º Vice-Presidente - PMDB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**FELIPE LUCAS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**ALEXANDRE CURI**  
1º Secretário - PMDB

**LUCIANA RAFAGNIN**  
2ª Secretária - PT

**LUIZ ACCORSI**  
3º Secretário - PSDB

**CIDA BORGHETTI**  
4ª Secretária - PP

**CHICO NOROESTE**  
5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... *Luiz Cláudio Romanelli*  
Líder da Oposição ..... *Valdir Rossoni*  
PMDB ..... *Waldyr Pugliesi*  
PSDB ..... *Luiz Nishimori*  
PFL ..... *Plauto Miró*  
PT ..... *Elton Welter*  
PP ..... *Duílio Genari*  
PDT ..... *Luiz Carlos Martins*  
PTB ..... *Fábio Camargo*  
Bloco PPS/PMN ..... *Marcelo Rangel*  
Bloco PSB/PL/PRB/PV ..... *Reni Pereira*

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Cláudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Professor Luizão - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **PFL** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 011**

### **10ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Ofícios..... 03

Designações ..... 03

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 05

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Osmar Bertoldi ..... 08

Dep. Jocelito Canto .....08

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PP/PMN

Dep. Marcelo Rangel .....09

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 10

Discussão / Votação:

2ª Discussão ..... 12

1ª Discussão ..... 13

Requerimentos ..... 17

**Encerramento da Sessão .....23**

#### **Publicações:**

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação .....23

### **DIÁRIO Nº 011**

### **10ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 10ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**14 DE MARÇO DE 2007**

*(quarta-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch,

Elton Welter, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Rui Hara, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Luiz Accorsi, Fábio Camargo, Geraldo Cartário, Plauto Miró e Stephanes Júnior (06).

Ausentes com justificativa os Srs. Deputados: Mamede e Ney Leprevost (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

#### **Abertura da Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**Expediente:****Ofícios**

OFÍCIO Nº 003/07

Curitiba, 08 de março de 2007.

Senhor Presidente:

Venho através deste, nos termos do artigo 65, parágrafo único do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, informar para V. Exa., meu afastamento pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir do dia 12 de março de 2007, conforme atestado médico.

Sem mais para o momento, aproveito a oportunidade para reiterar meus protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

(a) MAMEDE

OFÍCIO S/N

Curitiba, 14 de março de 2007.

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 14 e 15/03/07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se ausência devido viagem ao Município de Londrina a convite dos legisladores da Câmara Municipal de Londrina, formalizado através do Vereador Henrique Barros, para conhecer as propostas da entidade Juventude Brasil, ampliando esta entidade em âmbito estadual.

**Designação**

DESIGNAÇÃO

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo o disposto no Ato da Comissão Executiva nº 170/06, designa o Sr. Deputado Edgar Bueno para representar esta Casa de Leis no evento Projeto Missões Empresariais da ACIFI com o Ministério das Relações Exteriores, nos dias 28 e 31 de março de 2007, na Cidade de Rosário-Argentina.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(aa) NELSON JUSTUS

ALEXANDRE CURI

LUCIANA RAFAGNIN

**Requerimentos**

REQUERIMENTO Nº 367

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei Complementar nº

055/07, item 05 da Ordem do Dia desta data, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 368

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do artigo 158 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a retirada do Projeto de Lei nº 019/07, item 04 da Ordem do Dia desta data, por 10 (dez) Sessões.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI

REQUERIMENTO Nº 381

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a retirada do Projeto de Lei Complementar nº 055/07 de autoria do Deputado Edgar Bueno, item 05 da Sessão Ordinária, por 01 (uma) Sessão.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) EDGAR BUENO

Apoioamento:

Nereu Moura

REQUERIMENTO Nº 376

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o desentranhamento dos documentos encartados nos Autos do Projeto de Lei 064/06, Declaração de Utilidade Pública Estadual da Escola Municipal Orni França Araújo, Educação Infantil e Ensino Fundamental, com sede e foro no Município de Candói, para que se proceda a sua reedição segundo critérios e trâmite legislativo.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 377

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, o desentranhamento dos documentos encartados nos Autos do Projeto de Lei 201/06, Declaração de Utilidade Pública da Associação São Francisco de Assis de Pinhão, com sede e foro no Município de Pinhão, para que se proceda a sua reedição segundo critérios e trâmite legislativo.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

REQUERIMENTO Nº 364

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do

Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 81/07 e 96/07, que torna obrigatória a separação de lixo reciclável no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 359

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada uma Audiência Pública no dia 02 de abril, no Plenarinho desta augusta Casa de Leis, no horário das 09h00 às 12h00, no sentido de promover debates sobre as novas regulamentações da LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e a SUAS (Política Nacional de Assistência Social), que irão trazer enormes dificuldades aos trabalhos desenvolvidos pelas creches comunitárias em todo o Estado do Paraná, concernentes à educação infantil.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 360

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gladston Stadler, ocorrido no dia 12 de março último, na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) PLAUTO MIRÓ

#### REQUERIMENTO Nº 371

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Exmo. Sr. Roberto Requião; ao Comandante da Polícia Militar, Coronel QOPM Nemésio Xavier de França Filho; bem como ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, solicitando dos mesmos a transformação do Pelotão da Polícia Militar em Sarandi em Batalhão da Polícia Militar.

O Município de Sarandi hoje está na área da 3ª Companhia PM, sendo de responsabilidade do 2º Pelotão PM.

Em 06 (seis) de novembro de 2006, segundo dados da Polícia Militar, o 2º Pelotão contava com Quadro Organizacional - QO de 35 PMs, sendo 1 Oficial Subalterno (2º Tenente), e 34 praças, conforme Decreto Estadual nº 6.234, de 15 de março de 2006.

Ainda segundo essas informações prestadas em razão de requerimento apresentado nesta Casa, Sarandi contava com o efetivo de 38 policiais militares e contingente populacional de 83.449 (IBGE 2004 projetado).

Na oportunidade referida acima, a Polícia Militar disse estar o Pelotão com excesso de efetivo e não havia a possibilidade de aumentar o número de policiais.

Em razão do exposto, imprescindível oferecer melhor estrutura à segurança pública do Município de Sarandi, criando Batalhão próprio.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 372

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente a Exma. Sra. Procuradora-Geral do Trabalho, Sandra Lia Simón, solicitando as seguintes informações, com base no disposto nos artigos 7º, XXXIII da Constituição Federal e 403 da CLT, que proíbe o trabalho dos menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, onde a idade é reduzida para 14 anos. Também sobre o mesmo tema, o artigo 406, I da CLT atribui ao Juiz da Infância e da Juventude a competência para autorizar o trabalho do menor, em alguns casos específicos, desde que tenha fins educativos e não prejudique a sua formação moral. Como é de conhecimento geral, a programação das emissoras de televisão, muitas vezes, não é nem apropriada para algumas faixas etárias, nem educativa. Isto posto, questionamos:

1) Não estaria sendo violada a legislação quando esses menores trabalham em programas que não atendem os requisitos específicos da lei?

2) Sendo assim, como as emissoras de televisão contratam para sua programação crianças com idade inferior a permitida em nosso ordenamento jurídico?

3) Com base em qual diploma legal estes menores trabalham?

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 361

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Conselheiro Nestor Baptista - Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, no sentido de enviar a esta Casa de Leis, Relatório de Gastos do Governo do Estado em publicidade no ano de 2006 com rádios, jornais, emissoras de televisão, revistas e agências de publicidade.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### REQUERIMENTO Nº 373

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo.

Sr. Secretário de Estado da Saúde, Cláudio Xavier, solicitando documentos e informações relativos à construção de hospital no Município de Carambeí, com incentivos fiscais e sob a administração da Fundação Batavo:

1) Qual a finalidade da construção do referido hospital? Seu objetivo é o atendimento apenas dos funcionários e dependentes da Batavia ou é extensivo à população local?

2) Existe algum convênio com a SESA para subsidiar os atendimentos prestados no referido hospital?

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 374

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião, solicitando informações relativas à execução de obras de reforma no Instituto de Educação de Ponta Grossa. Como somente uma empresa havia preenchido os requisitos habilitando-se em licitação que estava em andamento, o Governador suspendeu o processo, mesmo com desconto de 17% (dezessete por cento) sobre o valor inicialmente previsto. Salientamos que tal obra foi reconhecida como emergencial em visita do Sr. Governador do Estado e do Secretário de Educação, acompanhando este Deputado, no dia 01 de fevereiro passado. Desta forma, questionamos:

1) Após a referida visita, foram tomadas providências para tornar emergencial o processo de reforma? Foi determinada a dispensa de licitação?

2) Estão sendo considerados os riscos à integridade física a que estão sujeitos alunos e professores?

3) Qual a expectativa para a realização das obras de reforma?

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 375

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando documentos e informações relativos à construção de hospital no Município de Carambeí com incentivos fiscais e sob a administração da Fundação Batavo:

1) Quais foram os incentivos fiscais concedidos para a construção do referido hospital?

2) Quais as justificativas para a concessão desses incentivos fiscais?

3) Qual a finalidade da construção do referido hospital? Seu objetivo é o atendimento apenas dos funcionários e dependentes da Batavia ou é extensivo à população local?

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 123/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, da Lei nº 14.257, de 16 de dezembro de 2003, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As escolas públicas de ensino fundamental e médio do Estado do Paraná, no início de cada mês, deverão proceder o hasteamento da Bandeira do Estado do Paraná.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) MARCELO RANGEL

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 14.257, de autoria do nobre Deputado Alexandre Curi, sancionada pelo Governador do Estado em 16 de dezembro de 2003, trouxe aos jovens alunos da rede pública estadual de ensino fundamental e médio a oportunidade de, através do hasteamento da bandeira e da execução do hino do Estado, terem fortalecidos os valores aos símbolos do Paraná, despertando cada vez mais o civismo e aumentando o sentimento de amor ao nosso Estado.

Com este mesmo propósito, apresentamos o presente projeto de lei nesta augusta Casa de Leis, para que seja intensificada esta prática nas escolas da rede pública, tendo em cada início de mês este momento cívico entre os alunos, professores e funcionários.

Solicito apoio aos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para aprovação deste projeto de lei.

### PROJETO DE LEI Nº 124/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual, a Associação Beneficente Criança Futuro - ABEC, com sede e foro na Comarca de Bandeirantes, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação Beneficente Criança Futuro, entidade civil sem fins lucrativos, tem por finalidade precípua promover ações que resultem na inclusão social das crianças do Município de Bandeirantes, especialmente as descendentes de pais pobres e/ou órfãs, através de pro-

gramas de conscientização da comunidade, desenvolvimento de campanhas de socialização e cultura.

Como se comprova por documentação, a entidade obedece a todos os requisitos legalmente previstos para ser declarada de Utilidade Pública, o que permitirá à mesma requerer recursos oriundos do Poder Público, facilitando a execução de seus objetivos.

Assim sendo, contamos com o apoio dos nobres Parlamentares desta Casa, para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 125/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica denominado “Contorno Vitório Traiano” o Contorno Leste da Cidade de Francisco Beltrão, entre as rodovias PR-566 e PR-483.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) CAÍTO QUINTANA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa prestar homenagem ao cidadão Vitório Traiano, um dos pioneiros do Sudoeste do Paraná.

Nascido em Garibaldi, Rio Grande do Sul, em 20 de outubro de 1910, foi o 10º filho dos dezessete de Elizabeth Marques e José Traiano. Em 1948, já casado com Vitalina Dalagnol Traiano e com quatro filhos, Mercedes, Terezinha, Osmar e Ledi, mudou-se para Marrecas, atual Francisco Beltrão, onde nasceram os outros cinco: Maria Salete, Eunice, Ademar, Neide e Tânia.

Sempre rodeado pela família e pelos inúmeros netos e bisnetos, Vitório Traiano caracterizava-se por sua facilidade em conhecer pessoas e fazer amigos, passando para a história como uma das pessoas mais ricas em calor humano. Nunca teve grandes posses, tendo trabalhado na lavoura, em posto de gasolina e possuído uma churrascaria, entre outras atividades, que sempre o mantinham em contato com muita gente.

Por suas grandes qualidades e em reconhecimento por serviços prestados, a Câmara Municipal de Vereadores concedeu-lhe o título de Cidadão Honorário de Francisco Beltrão.

No dia 23 de agosto de 2002, com 91 anos, Vitório Traiano faleceu, deixando saudades sim, mas também um legado de amor e solidariedade.

Por essas razões, estamos propondo a denominação do Contorno Leste de Francisco Beltrão de Contorno Vitório Traiano, como forma de expressar o sentimento de todos pelos anos de dedicação ao Município e Região Sudoeste.

Contamos com o apoio dos Srs. Parlamentares para a aprovação deste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 126/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

A Escola de Náutica e Marinharia de Guaratuba, com sede e foro no Município de Guaratuba, entidade sem fins lucrativos, tem por finalidade principal proporcionar atividades profissionalizantes à comunidade de Guaratuba e da Região Metropolitana do Litoral.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI Nº 127/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Dr. Protásio Lemos da Luz.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O Dr. Protásio Lemos da Luz nasceu na Cidade de Vacaria, no Estado do Rio Grande do Sul.

Graduou-se em Medicina na Universidade Federal do Paraná, em 1965, Doutor e Pós-Doutor em Cardiologia pela Universidade de São Paulo, em 1972. No ano de 1976, obteve a Livre-Docência pela já referida universidade paulistana, da qual é professor.

Realizou importantes pesquisas científicas na área de cardiopneumologia como, por exemplo, pesquisas desenvolvidas quanto à avaliação de estenose das alterações relacionadas à placa artereosclerótica coronariana, quanto à ação do vinho tinto sobre o sistema nervoso simpático, quanto à ação do vinho tinto e do suco de uva sobre a reatividade vascular e quanto à comparação entre homens e mulheres jovens que sofreram infarto do miocárdio.

Atualmente é membro do Conselho Editorial da Revista da Sociedade Brasileira de Clínica Médica, membro do Conselho Curador da Fundação Zerbini, fellow do American College of Cardiology, Assessor Científico do CNPq e da Agência FAPESP, dentre outras.

Exerceu a presidência da Sociedade Brasileira de Investigação Clínica, no biênio 88-89, bem como, foi

Presidente da Sociedade de Cardiologia de São Paulo, no triênio 83-87.

Já foi agraciado com diversos títulos e prêmios tais como: prêmio Jaboti na área de Ciências Naturais e Saúde, entregue pela Câmara Brasileira do Livro; Comendador da Ordem do Mérito Científico, pelo Governo Federal; Sócio Honorário da Sociedade Paranaense de Cardiologia; prêmio Destaque na Cardiologia Brasileira no Século XX, pela Sociedade Brasileira de Cardiologia; além de outros.

Possui vasta produção acadêmica da qual destacamos a publicação de mais de cem artigos em revistas científicas especializadas e a participação em mais de 280 eventos científicos.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares para a concessão do título de Cidadão Honorário do Paraná a este grande cidadão brasileiro.

PROJETO DE LEI Nº 128/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual o Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP, com sede e foro no Município de Curitiba.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) CLEITON KIELSE

**JUSTIFICATIVA:**

O Instituto de Biologia Molecular do Paraná - IBMP, CNPJ nº 03.585.986/0001-05, fundada em 04 de agosto de 1999, pessoa jurídica, sem fins lucrativos, com sede e foro no Município de Curitiba, neste Estado, tem a finalidade de executar ações de interesse comunitário, voltadas ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento da Biologia Molecular e áreas correlatas, instituir programas de bolsas-auxílio, de estudo e/ou pesquisa, conforme Lei nº 9250/95, promover o serviço voluntário, instituir e gerir programas de estágios e de integração profissional, para todos os níveis de escolaridade, instituir programas sequenciais de educação superior, ministrar curso em parcerias com instituições credenciadas atuantes no ensino superior, cursos de pós-graduação *stricto-sensu* e *latu-sensu* e cursos de qualificação, requalificação e reprofissionalização, desenvolver pesquisa aplicada e produção experimental nas suas áreas de especialização e desenvolver quaisquer outras atividades complementares para atingir seu objetivo social.

Sendo assim, faz-se a necessidade de declaração, por se tratar de instituição sem fins lucrativos, voltada exclusivamente para o bem estar da sociedade que se volta para a área social e educacional.

Mediante o supracitado, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, ao plano de lei que apresento, por se tratar de matéria de cunho meritório.

PROJETO DE LEI Nº 129/07  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Epaminondas Xavier de Barros.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) JOCELITO CANTO

**JUSTIFICATIVA:**

Epaminondas Xavier de Barros nasceu em 15 de novembro de 1927 na Cidade de Guarapuava, mas vive em Ponta Grossa desde 1937. Foi ferroviário por 35 (trinta e cinco) anos, tendo se aposentado em 1984.

Em agosto de 1965 fundou o Instituto Educacional Duque de Caxias, que baseado na filosofia e doutrina espírita, com recursos da comunidade e de forma gratuita, presta serviços assistenciais às pessoas carentes de Ponta Grossa e região com o objetivo de lhes proporcionar uma vida mais digna e perspectiva de um futuro melhor. Tem por principal objetivo dar as diretrizes de funcionamento às muitas outras Unidades Assistenciais a ele vinculadas, como por exemplo, a Escola de Guarda-Mirins Tenente Antonio João, Casa Assistencial Espírita Nosso Lar, Recanto Espírita Maria Dolores, Casa do Caminho Tia Telma, Aldeia Espírita da Criança Dr. David Federmann, Unidade de Desintoxicação e Tratamento Irmã Florence, creches espalhadas em diferentes pontos da cidade, entre outras tantas iniciativas que se multiplicam a cada nova necessidade da população carente.

Maçon, Conselheiro da União Regional Espírita da 2ª Região, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Membro do Conselho Municipal de Entorpecentes, co-fundador dos Alcoólicos Anônimos, fundador de vários Centros Espíritas, co-fundador do Lions Clube Vila Velha, co-fundador da Loja Maçônica Vila Velha, co-fundador da Loja Maçônica Fraternidade dos Campos Gerais, não é acanhada sua participação na busca de uma Ponta Grossa melhor e mais humana para seus cidadãos.

Autor dos livros "História Dentro da História", "A Nossa História" e "Tareco - A História de Uma Vida" e "Ensaio ao Evangelho do Aprendiz Maçon", todos com receita revertida em benefício das obras que ajudou a fundar.

São pessoas como Epaminondas Xavier de Barros, que não medem esforços na tarefa de auxiliar os menos

afortunados e dedicam parte de suas vidas a essa missão, que fazem a diferença na vida de muitas pessoas, dando-lhes novos rumos e objetivos, abrindo portas para um futuro mais justo e humano.

Deste modo, em reconhecimento a relevância de sua vida e obra, acreditamos ser Epaminondas Xavier de Barros merecedor do título ora proposto, e, para tanto, contamos com o apoio dos Srs. e Sras. Parlamentares desta Casa de Leis.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Finda a leitura do Expediente, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Osmar Bertoldi.

### ***Deputado Osmar Bertoldi (PFL)***

O SR. OSMAR BERTOLDI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo nesta tribuna hoje por ter escutado atentamente ontem vários pronunciamentos de diversos Deputados, falando sobre as prerrogativas que os Deputados têm, das suas funções e se tratava muito ontem do fato de estarmos perdendo uma das prerrogativas na questão de criação de cargos. Mas isso é matéria do passado, já foi votado, a Oposição perdeu a votação, vai ter mais uma votação, não acredito que consigamos mudar essa situação.

Mas existem algumas prerrogativas que não cabe simplesmente aos Deputados de Oposição ou de Situação decidir, que é o caso da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei de Responsabilidade Fiscal, todo mundo sabe, é uma lei maravilhosa feita em maio de 2000, no sentido de regulamentar e moralizar a questão das contas públicas, seja dos Estados, dos Municípios e da União. Nessa legislação no seu parágrafo 4º artigo 9º diz o seguinte: *Até o final do mês de maio, setembro, fevereiro o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre em audiência pública na Comissão Referida.* Ou seja, estou aqui desde o início de fevereiro e até agora não vi, por parte do Governo do Estado do Paraná, o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal no que diz respeito a audiência pública na qual teria de prestar contas aos Deputados e às pessoas que lá estivessem nessa audiência pública, das suas contas e de como o Estado tem gerido as contas públicas. Isso é muito grave ao meu ver, porque acredito que o Governo do Estado do Paraná deve, sim, andar dentro da lei. E hoje, queiramos ou não, pelo menos por um prazo de quinze dias nos encontramos fora da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Então, venho fazer um alerta. Isso é uma prerrogativa do nosso Governo do Estado nesse sentido. Então queria aqui fazer o meu pedido para que seja cumprida a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Uma outra legislação, que diz respeito ao Fundo Nacional de Saúde Pública, é a Lei 8689 de 27 de julho

de 1993. Essa é aquela lei que extingue o INAMPS, cria-se o Fundo. Ela diz o seguinte no seu artigo 12: *O gestor do Sistema Único de Saúde apresentará a trimestralmente.* Ou seja, até o final do mês de março tem que ser feita uma audiência pública ao Conselho de Saúde correspondente, uma audiência pública nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas respectivas. É necessário que o gestor do Fundo de Saúde do Estado venha até esta Assembleia e preste contas de tudo aquilo que ele tem feito e realizado com esse repasse do Governo Federal, no que diz respeito ao seu montante, no que diz respeito se tem gasto os 15,4% que é necessário ser gasto na saúde e que muitos questionam o que é saúde, o que é saneamento. E esse entender, cada Deputado, cada Jurista tem uma interpretação diferente. Mas enfim, é uma prerrogativa da Assembleia do Estado do Paraná, é uma prerrogativa de cada Deputado Estadual poder, sim, ter mais certeza do que o Governo do Estado está tratando no que diz respeito às finanças públicas, no caso da Lei de Responsabilidade Fiscal.

E no caso em especial da saúde pública é uma prerrogativa também nossa de Deputados de que o gestor do fundo esteja, aqui prestando contas não só à Bancada de Oposição, a todos os 54 Deputados. Gostaria de fazer esse alerta a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Gostaria de cumprimentar V. Exa. e a Mesa desta Casa. Recebi ontem no gabinete um DVD com todo o documentário a respeito da posse dos Deputados e da primeira eleição que tivemos aqui. Pela primeira vez tivemos isso. Quero cumprimentar a Mesa Executiva e aos Deputados, acho que todos Deputados receberam. Esse é um documento histórico, nunca a Assembleia fez, é a transparência de um momento que guardamos, para lá no futuro ter algo a mais para comentar.

Também ontem começamos a Sessão, às 14h30 e terminamos às 20h00. Muitos membros da imprensa foram embora ontem, porque tinham que fechar suas colunas, seus artigos e nós ficamos, aqui, até às 20h00. Tem horas que quando fazemos umas coisas boas é preciso destacar também, porque nem só de coisas ruins nós vivemos. E ontem ficamos aqui, debatendo amplamente um assunto.

Outro assunto, tivemos ontem um futebol lá no J. Malluceli, na chácara do nosso amigo Joel Malluceli, grande empresário. E ele comentava que, a pedido de V. Exa., esteve aqui na Assembleia e retirou um processo



que atrapalhava o processo do andamento da TV Assembléia. Então, quero fazer um registro de homenagem, primeiramente ao empresário Joel Malluceli, que atendeu a um pedido do Presidente. Isso é muito importante, o Presidente, em uma atitude correta, chamou o empresário para uma conversa e pediu a ele, que para o bem da transparência pública, ele como é um homem de comunicação, retirasse o processo para andar o processo de licitação da TV Assembléia. E para nosso orgulho, dentro de poucos meses estará funcionando a TV Assembléia, importante para a transparência e para que as pessoas julguem o nosso trabalho nesta Casa. Minhas homenagens ao Joel Malluceli, que abriu mão dessa ação na justiça e mais uma vez cumprimento V. Exa., que usou a diplomacia para resolver um problema que estava sob o Poder Judiciário.

E finalmente, quero dizer que na Ordem do Dia de hoje, está voltando aquele projeto. Não sei se está na Ordem do Dia, mas o projeto dos cargos que foi polêmico ontem, quero dizer que na questão do mérito eu estarei votando a favor. Porque o mérito, eu entendo que o Governador pode mexer nos cargos. Eu só votei contrário ontem, porque achei que estava mal encaminhado e foi feito de forma inconstitucional, no meu ponto de vista, e debati isso durante toda a Sessão de ontem. Se o projeto voltar hoje, na questão do mérito, eu voto a favor porque entendo que não vai causar despesa ao Estado. Isso é um dever para com o Estado.

Finalmente, queria comentar essa matéria aqui, da Gazeta do Povo, que com muito carinho a Gazeta publicou uma matéria minha ontem, dizendo que Deputados querem mais informações. Mostrou-me rasgando o requerimento, o discurso e, que depois eu recolhi a pedido do Presidente. Eu quero dizer que não recolhi a pedido do Presidente, eu recolhi por vontade própria, porque ao fazer o pronunciamento aqui, ontem ao rasgar aquele pronunciamento do Requião, eu acabei derrubando, aqui. Quando o companheiro nosso já veio buscar aqui, eu disse: não, deixe que eu vou recolher, porque fui eu que fiz a sujeira, fui eu que derrubei lá embaixo. Eu acho justo. Só para reiterar isso, para não pensar que foi uma imposição. Não foi uma imposição. Até porque eu fiz aquilo em respeito ao Governador e fico feliz que hoje eu vejo o Chefe da Casa Civil. Mas, o Governo não deu orientação para segurar os pedidos que devem ser aprovados pela maioria, diz o Chefe da Casa Civil.

Então está aqui, o Chefe da Casa Civil, diz que em momento nenhum o Requião deu essa autorização.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB, PSDB, PFL, PT, PP, Bloco do PSB/ PL/ PRB/ PV, Bloco PPS/ PMN, com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

### ***Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)***

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras Deputadas.

Hoje, dia 14 de março, para mim é um dia muito especial. É a primeira vez que eu uso a tribuna, neste que eu considero o lugar mais importante do Estado do Paraná, onde milhares de paranaenses gostaria de estar, para expressar as suas opiniões e defender as suas idéias. Gostaria de dizer que vou fazer deste microfone o meu principal instrumento de trabalho, como eu faço há mais de vinte anos na rádio, para reivindicar, para cobrar, para fazer valer os direitos dos cidadãos, mas também para enaltecer, para dizer dos avanços que porventura venham a acontecer, os benefícios que venham de qualquer Partido, independente de posições partidárias, nós estaremos aqui, humildemente, para relatar.

Antes de começar os meus trabalhos aqui na tribuna, eu gostaria de me dirigir, pessoalmente aos meus amigos Parlamentares. Eu escolhi a palavra amigos de propósito, porque por muitos e muitos anos, eu ouvi pessoas me dizendo que aqui na Assembléia Legislativa não existe amizade, que aqui no Parlamento não existem amigos, que aqui é cada um por si e muitas vezes todos contra um. Pois eu preciso falar que isso não é verdade.

Eu cheguei na Assembléia Legislativa e fui recebido com muito respeito por parte dos Parlamentares e aqui conheci grandes líderes. Grandes pessoas, pessoas de boa índole, pessoas de bom caráter. Eu constituí, sim, amizades. Estou me sentindo muito bem e algumas pessoas me diziam: “Marcelo, você talvez se arrependa com a política”. E foi preciso me tornar candidato, mesmo sem apoio político nenhum, sem estrutura, pela primeira vez me tornei candidato e estou aqui como Deputado e posso falar que eu me renovei na esperança e tenho certeza absoluta que os paranaenses ainda terão muito orgulho do nosso trabalho aqui na Assembléia Legislativa do Paraná.

Mas agora, gostaria de me dirigir especialmente aos Deputados de Ponta Grossa, Deputado Plauto, Deputado Jocelito, Deputado Péricles, gostaria de me dirigir a vocês e dizer da satisfação que estou ouvindo do povo de Ponta Grossa nas ruas, nos bairros aonde vou. O que as pessoas me dizem sobre a atuação dos Parlamentares que deixaram as suas diferenças de lado para trabalharem em conjunto, unidos num só propósito. Realmente temos personalidades diferentes, às vezes idéias conflitantes, mas temos algo prioritário, recebemos o respeito e temos também muito respeito e amor pelo nosso povo de Ponta Grossa e dos Campos Gerais.

Tenho certeza que a história ainda vai nos prestigiar pelas nossas atitudes aqui dentro do Parlamento.

Estou aqui para fazer o que tem que ser feito.

Vim aqui para cobrar, defender os direitos para poder me expressar, falar neste microfone tão pequeno, mas tão importante para o Estado do Paraná.

Dias atrás uma jornalista da Gazeta me perguntou: “Marcelo, você não tem receio de abordar assuntos polêmicos, assuntos proibidos, até então proibidos na Assembléia?” E eu disse à jornalista que para um Deputado, pelo menos para mim, não existe assunto proibido, não existe assunto polêmico.

Isso é verdade, vou até o fim para que a minha palavra seja assegurada em nome de 52 mil eleitores e em nome de todos os paranaenses.

Estou aqui na tribuna sem nenhum tipo de amarra, sem nenhum tipo de mordaca, com total liberdade de convicção, com respeito à Base Governista, com respeito ao Deputado Romanelli, com respeito ao Deputado Rossoni, representante da Base Oposicionista, mas principalmente e acima de tudo, com liberdade de convicção.

É assim que vou trabalhar. Talvez aqui muitos não saibam mas eu já trabalhei até mesmo com o Governador Roberto Requião, antes mesmo de ele se tornar Governador, no rádio ele trabalhou junto comigo e ele, mais do que ninguém, sabe da minha seriedade, da minha idoneidade. Conhece a história da minha família em Ponta Grossa. E por ironia do destino, hoje estou fazendo muitas cobranças ao Governo, pedido de informações que foram negados, hoje estou cobrando do Governo do Estado do Paraná, principalmente na Secretaria de Saúde as UTIs que foram prometidas e até hoje não vieram para a Cidade de Ponta Grossa. Foram anunciadas nos principais órgãos de comunicação, na primeira página dos principais jornais e, infelizmente, ficou apenas na promessa. Estou cobrando da Secretaria de Segurança porque a região de Ponta Grossa infelizmente sofre um déficit de mais de noventa policiais militares e até pouco tempo atrás eu e o Deputado Jocelito estivemos acompanhando uma cerimônia aonde se formaram cem policiais. Mas, infelizmente, todos eles foram para outras cidades. E gostaríamos muito que estes policiais voltassem a Ponta Grossa, porque nós estamos passando por uma onda de violência sem precedentes.

Cobro também do Governo do Estado mais atenção com relação à educação, principalmente nossa Universidade Estadual de Ponta Grossa, que já foi a segunda maior instituição de ensino superior do Paraná e foi perdendo espaço. Hoje, recebe o menor investimento entre as universidades estaduais. Poderia ser a “menina dos olhos” do Governo do Estado, pelo que contribuiu, pela sua história.

É por isso também que estamos pleiteando cursos, claro, mais uma vez e vamos ficar aguardando nosso curso de Medicina, que nós temos direito desde o ano de 1969 - e eu não era nascido ainda - e nós já tínhamos direito a esse curso. Vamos ficar aguardando, acho que virá.

Mas, principalmente, eu gostaria de ter uma resposta da Secretaria de Saúde com relação às UTIs, porque eu não quero mais receber no meu telefone celular, ligações de famílias desesperadas, dizendo que infelizmente seus entes queridos não puderam ser assistidos

porque não tem uma vaga de UTI em Ponta Grossa, uma cidade com 350 mil pessoas. Nós não temos uma UTI pediátrica! Uma UTI cardiológica!

Vou encerrar, me dirigindo à imprensa, peço sua permissão, Sr. Presidente. Me dirijo à imprensa, neste momento, para terminar meu discurso e dizer que agora, como Deputado, aqui na tribuna eu tenho plena convicção de que a imprensa exerce, realmente, a quarta via do poder. E vocês não sabem a importância que vocês têm. Vocês não têm noção. E eu gostaria de pedir a vocês que continuem nos cobrando, sim. Nos fiscalizando, sim. Cobrando transparência do Legislativo e de todos os outros Poderes, sim. Voltando, muitas vezes, os assuntos, aqui na Assembléia Legislativa. Mas, gostaria também que a imprensa tivesse como prioridade jornalística levantar a auto-estima do nosso povo paranaense, para dizer ao povo que acreditem na democracia. A democracia ainda é o melhor meio e que nós temos, sim, boas pessoas que representam o Poder Público. Temos boas pessoas e poderemos constituir, a partir deste momento, uma nova história política no Estado do Paraná.

Era isto o que eu tinha para falar, Sr. Presidente.  
Muito obrigado.

## ***Ordem do Dia:***

### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra passa-se, de imediato, à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Ofício nº 003/07, subscrito pelo Sr. Deputado Mamede, constante do expediente, informando seu afastamento pelo prazo de 15 (quinze) dias, a partir do dia 12 de março de 2007. **À Diretoria Legislativa, para as providências cabíveis.**

Ofício s/nº, subscrito pelo Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, justificando o não comparecimento às Sessões dos dias 14 e 15 de março de 2007. **À Diretoria Legislativa para anotar.**

Expediente subscrito pela Mesa Executiva, constante do expediente, designando o Sr. Deputado Edgar Bueno, para representar esta Casa de Leis, no evento Projetos Missões Empresariais da ACIFI, com o Ministério das Relações Exteriores, nos dias 28 a 31 de março de 2007, na Cidade de Rosário - Argentina. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Sr. Deputado Caíto Quintana, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência, a pedido do Deputado Luiz Fernandes Litro, tem a satisfação de registrar a presença dos Vereadores Paulo Haiz, de Enéas Marques; Darci Plusch, de Mangueirinha; Vânio Alendo, de Verê; João Espicler, de Itaipulândia; Dani Pereira e Neuri Peroto, de Lindoeste; Devair de Souza e Marilene Bifte de Lindoeste; o Vice-Prefeito de Quedas do Iguaçu, Elcio Jaime.

Sejam bem-vindos a esta Casa! Devidamente registrados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, o primeiro projeto em pauta, eu gostaria de fazer uma questão de ordem, antes da votação, para que a Mesa se posicionasse. Primeiro, se V. Exa. permitir, quero fazer a questão de ordem.

**(Assentimento)**

Outro dia, foi levantada uma questão de ordem e eu relato como foi o encaminhamento: “estou pedindo pela questão de ordem em função de uma solicitação para que a Mesa proceda a retirada de pauta do item nº 01 - quer dizer, era o item daquele dia da nossa pauta, que é o Projeto de Resolução nº 01/07 - baseado no fato de que me parece que nossa Constituição Estadual, no seu artigo 61, disciplina os períodos de convocação de recesso”. Foi levantada essa questão de ordem e, sabidamente, V. Exa. deu procedência à questão de ordem.

Baseando-me nessa questão de ordem, eu encaminho para V. Exa. sobre o projeto do item nº 01, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o mesmo, mediante decreto, proceder à transformação de cargos de provimento em comissão, desde que não haja qualquer aumento de despesa.

Sr. Presidente, ontem, nos encaminhamentos, quando discutimos a constitucionalidade, alegamos a inconstitucionalidade deste projeto de lei do Governo, nos baseando no artigo 53, inciso VIII, que quer dizer o seguinte: *criação; transformação; extinção de cargos, empregos em função pública na administração direta, autarquias; afixação de remuneração; observados os parâmetros estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias*. Fixado no artigo 53, que diz o seguinte: *cabe à*

*Assembléia Legislativa, com sanção do Governo do Estado, a qual não é exigida, no entanto, especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado.*

Então, o que eu coloco como questão de ordem, Sr. Presidente?

Que para nós aprovarmos este projeto de lei, de autoria do Governo, temos que mudar a Constituição do Estado. Por essa razão, coloco esta questão de ordem a V. Exa., pedindo a retirada deste projeto para que antes aprovemos uma Emenda à Constituição, para que possamos votar este projeto, porque ele continua sendo inconstitucional.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Pedi pela ordem porque, por óbvio, vou contraditar o Líder da Oposição, justamente na questão de ordem que V. Exa. terá que responder.

Seria subverter o processo legislativo. V. Exa. sabe que o controle de constitucionalidade a Casa faz no momento que vota, como votou ontem, e acatou o projeto. Esta fase, e dizia o faltoso Deputado Anibal Khury: “Inês é morta”. Diria que esta questão de ordem poderia ter sido levantada antes da votação em 1ª discussão do projeto. Quero dizer na verdade, Presidente Nelson Justus, que qualquer lei se for questionada a sua constitucionalidade, poderá ser questionada em abstrato no controle concentrado em constitucionalidade, feito pelo Supremo Tribunal Federal no caso de lei estadual. Agora, que esta Casa, pelo processo legislativo já recebeu como constitucional o projeto de lei, está absolutamente claro pelo Regimento e pela nossa Constituição.

Por isso, peço que V. Exa. dê como improcedente a questão de ordem levantada pelo nobre Líder da Oposição nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência responde a questão de ordem do Deputado Valdir Rossoni e compreende.

Antes de mais nada quero dizer, Deputado, que entendo perfeitamente a questão de pedido de ordem de V. Exa., até porque sou daqueles que corroboram com a idéia de que este projeto deveria ser apresentado através de uma PEC.

Todavia, a CCJ já deu o seu parecer pela constitucionalidade do referido projeto. A Comissão de Finanças apresenta também o seu parecer favorável, não criando óbice algum para que eles venham a ser apreciados por esta Casa.

Por outro lado, ontem nós apreciamos em 1ª Discussão e aprovamos, portanto a constitucionalidade do projeto. Razão pela qual decido a questão de ordem de V. Exa., indeferindo o pedido e dando prosseguimento à 2ª discussão do presente projeto. Não deixando jamais, como bem disse o Deputado Romanelli, a possibilidade

de qualquer indagação através do Poder Judiciário que possa ou não modificar qualquer decisão nossa. Mas, a questão de ordem, decido pelo indeferimento do pedido de V. Exa., passando, portanto, à 2ª discussão do Projeto de Lei nº 054/07.

## **Discussão/Votação**

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 01**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 054/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/07, que autoriza o Poder Executivo, mediante decreto, proceder transformação de cargos de provimento em comissão desde que não haja qualquer aumento na despesa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **EM REGIME DE URGÊNCIA.**

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, nos seguintes termos:

#### **EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 054/07**

Art. 1º Fica modificado o artigo 2º do Projeto de Lei nº 054/07, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e terá validade até 31 de dezembro de 2010.”

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(aa) WALDYR PUGLIESI, DOBRANDINO DA SILVA, NEREU NOURA E CLEITON KIELSE.

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02 AO PROJETO DE LEI Nº 054/07**

A presente Emenda Aditiva ao Projeto de Lei nº 054/07, oriundo da Mensagem nº 005/07 do Governo do Estado, objetiva acrescentar ao seu artigo 1º um parágrafo único, conforme redação a seguir:

“Art. 1º ...

Parágrafo Único. A autorização de que trata o *caput* fica condicionada ao prévio encaminhamento a esta Assembléia Legislativa, dos estudos detalhados e planilha de valores do respectivo vencimento básico, gratificação de representação, encargos especiais e verbas adicionais, correspondentes aos cargos comissionados a serem transformados.”

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(aa) RIBAS CARLI FILHO, RENI PEREIRA, DOUGLAS FABRÍCIO, ELIO RUSCH, CIDA BORGHETTI, PLAUTO MIRÓ, EDGAR BUENO, RUI HARA, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS, ANTONIO BELINATI, MARCELO RANGEL e 02 ilegíveis

#### **JUSTIFICATIVA:**

Necessária a apresentação da presente emenda para resguardar a participação da Assembléia Legislativa neste processo de reforma da estrutura funcional do Estado, senão mediante prévia aprovação legislativa como determina a Constituição Estadual em seu artigo 53, inciso VIII, pelo menos como fiscal da atuação da correta gestão administrativa, em face dos seus princípios norteadores elencados no seu artigo 27.

#### **EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 03**

O artigo 1º do Projeto de Lei nº 54/07, de autoria do Poder Executivo, objeto da Mensagem nº 05/07, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a, mediante decreto, proceder a transformação de cargos de provimento em comissão, no período compreendido entre a vigência desta lei e o dia 31 (trinta e um) de dezembro de 2009, desde que não haja qualquer aumento na despesa.”

Sala das Sessões, em 14.03.07.

(a) CIDA BORGHETTI

Apoioamento:

Valdir Rossoni e 01 ilegível.

#### **JUSTIFICATIVA:**

A matéria apresenta flagrante invasão da competência constitucional do Poder Legislativo. Se assim não fosse, o Chefe do Poder Executivo Estadual, embasado no artigo 84, VI, da Constituição Federal, editaria os decretos, independentemente de autorização desta Casa de Leis.

A exposição de motivos contida na Mensagem 05/07, não demonstra a extensão que terá a transformação dos cargos, isto é, em que órgãos e qual a finalidade pública dessas transformações.

A jurisprudência apresentada para justificar a aprovação do projeto de lei em discussão não se aplica ao caso concreto e versa sobre liberação de recursos.

Considerando a insistência do Poder Executivo na aprovação da matéria, esta emenda tem por objetivo restringir a vigência da lei durante o atual mandato, executando-se o último ano do mandato, conforme previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal.

#### **Encaminha-se para a CCJ para apreciação.**

SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Exa. por esta atitude e fiquei mais feliz agora ao saber que V. Exa. - que foi o Presidente da CCJ desta Casa, um dos Deputados mais abalizados em Direito e é o nosso atual Presidente - acaba de dizer publicamente que esse projeto, como votei ontem eu estava certo, deveria através de uma PEC.

Por isso estou convencido do meu voto de ontem e feliz em ouvir V. Exa. como Presidente desta Casa fazer esse voto aberto.

Muito obrigado.

SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Só para constar nos Anais desta Casa a presença do Presidente da Câmara de Itaipulândia, Waldemir Silva, juntamente com mais três Vereadores, um já foi mencionado, mais o Amantino Donini e o Walmir.

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Devidamente registrado. Esta Presidência apenas ratifica que apresentada a emenda ao projeto em discussão, em regime de urgência, o Presidente encaminha à Comissão competente para que ela opine no prazo de 48 horas.

### **1ª Discussão**

#### **ITEM 02**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/07, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de Utilidade Pública a Associação Universitária Reboucense, com sede e foro no Município de Rebouças. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 012/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Pedro Ivo, declara de Utilidade Pública a Associação Universitária Reboucense, com sede e foro no Município de Rebouças.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### **ITEM 03**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 014/07, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que declara de Utilidade Pública a Associação Unidos Libertaremos Vidas, com sede e foro no Município de Paçandu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

**Aprovado. (Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 014/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Associação UNLIVI - Unidos Libertaremos Vidas, com sede e foro no Município de Paçandu.

#### **Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA MODIFICATIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 014/07

Com fulcro no Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessário a apresentação da seguinte emenda modificativa, em especial o artigo 137, parágrafo 4º:

O artigo 1º passará a contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação UNLIVI - Unidos Libertaremos Vidas, com sede no Município de Paçandu e foro em Maringá.”

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### **ITEM 04**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/07, de autoria do Deputado Reni Pereira, que regulamenta o disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006 (Microempresa). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **(Publ. no DA nº 001/07, de 26/02/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 019/07

P A R E C E R :

#### **Preâmbulo**

O projeto de autoria do Deputado Reni Pereira visa objetivar normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do

Paraná, observando as normas gerais estabelecidas pela União, regulamentando o artigo 47 da Lei Complementar 123/06, Estatuto das Microempresas e de Pequeno Porte.

### **Legitimidade e Legalidade**

A Constituição da República assegura, é de competência privativa da União legislar sobre normas gerais de licitação, *in verbis*:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

XXVII - normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no artigo 37, XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do artigo 173, parágrafo 1º, III; (...) (grifos nossos)

O que é competência legislativa privativa e suplementar?

*Privativa: é a competência plena, direta e exclusiva de legislar.*

*Suplementar: é uma subespécie da competência concorrente; é aquela que preenche os vazios da norma geral; para alguns ela é “complementar”<sup>1</sup>.*

O fato de a Constituição definir como competência privativa da União legislar certas matérias, *in casu*, normas gerais de licitação e contratação, permitiu aos Estados legislar suplementarmente, conforme parágrafo 2º do artigo 24 da Constituição:

§ 2º A competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados. (...) (grifos nossos)

Bem assim, aquilo que for vedado (explícita ou implicitamente) pela Constituição, não será objeto de normatização por parte dos Estados:

Art. 25...

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Portanto, os Estados não podem legislar sobre normas gerais de licitação - as da Lei 8.666/93 - em face da competência privativa da União sobre essa matéria.

Bem versou José Afonso da Silva<sup>2</sup> ao asseverar a respeito dos Estados:

*Veda-se-lhes implicitamente tudo que tenha sido enumerado apenas para a União e para os Municípios. Assim, a matéria relacionada nos artigos 20, 21 e 22 explicitamente como de competência da União está implicitamente interdita aos Estados.*

Dessa forma o poder regulamentar dos Estados, Distrito Federal e Municípios em normas de licitação deve limitar-se à competência suplementar (ou complementar). Naquilo que a norma federal (norma geral) já

preceituou, exauriu e esgotou, não terá lugar a competência suplementar.

Cabe observar o que Andyara Klopstock Sproesser<sup>3</sup> estabeleceu:

*Desde logo, entendemos que, se a algum ente é dado suplementar, também lhe será possível complementar; até porque o conceito de suplementação é mais amplo, mais abrangente do que o conceito de complementação, de tal modo que quem pode suprir a falta, há de poder, por mais forte razão, completar os vazios da legislação. Aliás, os vazios são vazios porque algo neles existe, e deve ser suprido, suplementado.*

Nesse diapasão, as regras criadas pela Lei Federal nº 8.666/93 e pela Lei Complementar nº 123/06, não podem ser alteradas; podem ser, sim, complementadas, o que é muito diferente.

Aos Estados e Municípios, como já foi dito, é facultado o poder regulamentar suplementar, ou seja, de regular aquilo que a Lei Federal foi omissa ou deixou a lacuna.

Uma vez que a Constituição Brasileira não permitiu, é inadmissível que Estados e Municípios venham a alterar as normas gerais, fazendo verdadeira intervenção cirúrgica e criando novas regras e leis desfiguradas. Esse é o caso, por exemplo, da alteração das fases nas modalidades Concorrência, Tomada de Preços e Convite. Indubitavelmente, é ilegal promover-se o julgamento da proposta antes da habilitação nas modalidades convencionais definidas na Lei 8.666/93, visto que a norma geral definiu peremptoriamente este procedimento. Alterar essa regra geral equivaleria à criação de nova modalidade, o que é terminantemente vedado pela lei.

Diante disso, não resta senão clara a intenção do legislador estadual em regulamentar de maneira suplementar as normas gerais, sejam elas da Lei nº 8.666/93 bem como da Lei 123/06, dando melhor compreensão a esse dispositivo no Estado do Paraná.

### **Conclusão**

Assim, o projeto ora em análise, normatizou em matéria de licitações e contratos de forma específica, objetiva e restrita, o que o identifica como sendo norma complementar (suplementar) à lei geral, em virtude das peculiaridades e da realidade do Estado. Isso implica em dizer, que o projeto ao tornar-se lei, entrará para o mundo jurídico do ordenamento, pleno de eficácia e constitucionalidade, o que gera maior segurança, e em virtude de sua regulamentação as contratações e licitações para as micro e pequenas empresas, ganhando maior clareza e objetividade, conforme exigem os princípios do Direito Público.

Ainda, o projeto em análise apresentou-se em perfeita conformidade quanto a técnica legislativa (Lei Complementar 95/98), bem como apresentou-se de modo a complementar as normas gerais, expedidas pela União, o

1. Manoel Gonçalves Ferreira Filho, Curso de Direito Constitucional, 30ª ed., Saraiva, 2003, p.61.

2. In Curso de Direito Constitucional Positivo, 20ª ed., Malheiros, 2002, p.600.

3. In Direito Parlamentar - Processo Legislativo, Imprensa Oficial/ALESP, 2000, p. 74.

que veio a garantir respaldo constitucional ao presente projeto.

É diante da constitucionalidade do presente projeto aferida que opinamos por sua aprovação.

Sala das Comissões, em 05.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEY LEPREVOST - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 019/07

P A R E C E R :

**Apresentação**

O presente projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Reni Pereira, que objetiva regulamentar o disposto no artigo 47 da Lei Complementar Federal nº 123 de 14 de dezembro de 2006 (Microempresa).

**Fundamentação**

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis. Observe-se ainda, que tal propositura gera maior segurança, tendo em vista sua regulamentação, oferecendo um tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo o desenvolvimento econômico e social em âmbito regional e municipal. Ressalte-se também, a expansão das atividades destas empresas, bem como os milhares de empregos que serão gerados em nosso Estado.

**Conclusão**

Pelo que acima foi exposto, opinamos pela normal tramitação do projeto de lei, bem como seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente  
ELIO RUSCH - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 368, de autoria do Sr. Deputado Luiz Cláudio Romanelli, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões.

Em discussão o requerimento.

Em votação.

**O SR. RENI PEREIRA (PSB)**

Para encaminhar a votação do requerimento, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Sei, que muito provavelmente, o Líder do Governo vai convencer a base a votar pela aprovação e vai tirar, mas eu gostaria de dizer que não encontramos, aliás, muito pelo contrário, e vem de encontro a uma política

nacional e, com certeza, estadual, e amenizar as diferenças que existem nas concorrências públicas entre as micro e pequenas empresas, em relação às empresas normais. Tenho certeza que deve ter surgido, por parte da assessoria da Liderança do Governo, algum óbice de natureza técnica, que deverá ser explicitado antes das vinte Sessões. Por que entendo que temos que aprovar esse projeto, antes mesmo da entrada em vigor da Lei Complementar 123, que é a nova lei geral da micro e pequena empresa, que vai ser em julho deste ano.

Porque, com certeza, vamos estar sinalizando que o Estado do Paraná vai cumprir o disposto constitucional, de dar um tratamento privilegiado às micro e pequenas empresas. O critério de igualdade é tratar diferentemente os desiguais e não há condições de uma micro ou pequena empresa participar, em pé de igualdade, com uma grande empresa nos processos licitatórios do Estado do Paraná.

Quero fazer um apelo ao Líder do Governo, que certamente vai aprovar o requerimento, para que ele seja sensível e diminua esse prazo de dez Sessões.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

O projeto do Deputado Reni Pereira é muito interessante, porque trata de regulamentar. Ele tem razão quando diz que devemos de fato aplicar o “Princípio Aristotélico” aos desiguais, um tratamento desigual na exata medida da sua desigualdade. Temos que estar trabalhando em cima desse projeto, mas a Lei Complementar 123/06, o Governo Federal no âmbito do CONFAZ foi feito, pelo comitê gestor, que ocorre no âmbito do CONFAZ, uma discussão que está sendo regulamentada ainda, para que até o dia 1º de julho de 2007 tenhamos a vigência plena dessa lei. É claro que os Estados têm competência para legislar sobre a matéria, mas deve aguardar a regulamentação federal da Lei Complementar 123, para que eles possam regulamentar o tema. Está certo o Deputado Reni Pereira.

Tomei a cautela de solicitar um parecer da Procuradoria-Geral do Estado e a nova Procuradora nos enviou esse parecer. Vou passar esse parecer ao Deputado Reni Pereira, para que ele possa estudá-lo. Penso que, nesse momento, é melhor a retirada de pauta do projeto, embora reconhecendo que ele terá que ser regulamentado. De qualquer forma, o projeto de lei do Deputado Reni Pereira está apresentado e o máximo que pode ser feito são emendas e discutirmos alguns outros temas, especificamente, no momento apropriado. Parece-me que o correto, agora, é aguardarmos a regulamentação da Lei Complementar nº 123/06.

Era isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Está em votação o requerimento. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por dez Sessões.

## ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 055/07, de autoria dos Deputados Edgar Bueno e Chico Noroeste, que institui a Região Metropolitana de Cascavel. COM PARECERES DA CCJ E CF. COM EMENDA DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 003/07, de 28/02/07, em Projetos de Lei Complementar).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 055/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O projeto de lei tem como objetivo criar uma Região Metropolitana abrangendo os Municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguçu, Toledo, Três Barras do Paraná e Tupãssi.

### Fundamentação

A Constituição Federal assegura aos Estados:

*Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.*

A Constituição do Estado assim assegura:

*Art. 21. O Estado instituirá, mediante lei complementar, Regiões Metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, assegurando-se a participação dos Municípios envolvidos e da sociedade civil organizada na gestão regional.*

A Constituição do Estado ainda prevê:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

*Art. 69. As leis complementares são aprovadas por maioria absoluta dos integrantes da Assembléia Legislativa.*

Diante do exposto, tendo em vista a possibilidade e competência do Legislativo, no intuito de regular tal matéria, somos pela constitucionalidade do presente projeto, sugerindo apenas a transformação do presente em lei

complementar, para que assim, possa adequar-se às exigências constitucionais.

### Conclusão

Verificou-se que o projeto atendeu aos requisitos, bem como princípios constitucionais, uma vez que o Poder Legislativo agiu no exercício regular de suas ações.

Ante o exposto, somos pela aprovação do projeto de lei, sugerindo a transformação em lei complementar, além da emenda ora apresentada.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA ADITIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 055/07

A fim de que se torne mais claro e preciso, e com fulcro no artigo 137, do Regimento Interno desta Casa de Leis, apresenta-se a seguinte emenda ao artigo 1º do presente projeto, o qual passará a constar:

*Art. 1º Fica instituída, na forma do artigo 25, parágrafo 3º, da Constituição Federal e artigo 21, da Constituição Estadual, a Região Metropolitana de Cascavel, constituída pelos Municípios de Cascavel, Anahy, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Lindoeste, Nova Aurora, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, São Pedro do Iguçu, Toledo, Três Barras do Paraná e Tupãssi.*

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DOUGLAS FABRÍCIO - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 381, de autoria do Sr. Deputado Edgar Bueno, com apoio do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 01 (uma) Sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 01 (uma) Sessão do Projeto de Lei Complementar nº 055/07.

## ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 080/07, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, que declara de Utilidade Pública a Casa de Sopa Allan Kardec, com sede e foro no Município de Cianorte. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA nº 007/07, de 06/03/07, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 080/07

P A R E C E R :

### Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declara de Utilidade Pública a Casa



de Sopa Allan Kardec, com sede e foro na Comarca de Cianorte-PR.

### Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

### Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

## Requerimentos

### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 339, de autoria da Sra. Deputada Rosane Ferreira, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 342, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 349, de autoria dos Srs. Deputados Plauto Miró, Valdir Rossoni, Durval Amaral e demais Srs. Deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Rejeitado.**

### O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Exa.

(Assentimento)

Exa. ontem comecei a encaminhar este tema, aí o Deputado Durval Amaral pediu para discutir o tema e foi adiado para o dia de hoje. Efetivamente, o requerimento que já havia sido rejeitado na segunda-feira foi transformado em um requerimento dirigido ao Tribunal de Contas do Estado. Olha Exa., já é atribuição constitucional do Tribunal de Contas fiscalizar e certamente sabe a Bancada da Oposição que além de ter uma Superintendência do Tribunal de Contas, onde tem um Conselheiro que cuida das contas da SEOP, sabemos que lá dentro da própria SEOP ou de qualquer unidade administrativa do Estado você tem o trabalho diário dos inspetores do Tribunal de Contas.

Então, parece-me que não será novidade para o Tribunal de Contas o que acontece na SEOP. De qualquer forma, Exa. quero dizer que este requerimento padece daquele mesmo vício que dizia recentemente e bem dito: é a sua abrangência. São os chamados requerimentos CPIs, por conta da sua abrangência. Basta ler os itens que estão aqui expostos, porque são muito amplos. O Deputado Valdir Rossoni, dia desses, melhor dizendo, na segunda-feira já argumentou e falou: olha, para chegar ao objetivo, tenho que ter todas essas informações. Penso que ele pode reformular o requerimento de um modo em que se tenha esse resultado de uma forma mais objetiva, que nós possamos estudar conjuntamente o fornecimento

dessas informações, que não precisa nem ser como pedido de informações. É minha proposta ao Deputado Valdir Rossoni, para que possamos, de uma forma efetiva, fiscalizar, mas também creio que não é por boatos, não é justamente por conta de pessoas que percorrem gabinetes, que esta Casa vai ser instrumento para poder promover determinados tipos de questionamentos sobre as ações que estão sendo executadas nas mais diversas unidades administrativas.

Por isso que quero encaminhar à Bancada que dá sustentação ao Governo que possa, em não ocorrendo a retirada do requerimento pelo autor, que nós rejeitemos este requerimento de pedido de informações feito da SEOP ao Tribunal de Contas.

Era isto, Sr. Presidente. Muito obrigado.

### O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, é importante nos atermos ao encaminhamento do Líder do Governo. Num determinado momento ele diz que é atribuição do Tribunal de Contas fiscalizar.

Ora, no meu requerimento, Sr. Presidente, eu não estou fazendo nada mais nada menos, pedindo ao Tribunal de Contas que auxilie este Parlamentar na fiscalização da Secretaria de Obras.

Então, quer dizer, está na Constituição? Está na Constituição. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar desta Casa? É um órgão auxiliar desta Casa. Eu posso fazer uso deste órgão auxiliar? Posso. É legal, é constitucional. O outro argumento do Líder é que eu estou pedindo muita informação - eu mudei o meu requerimento, Sr. Presidente, porque eu fiquei preocupado com o encaminhamento do Líder outro dia, de que eu daria muito serviço ao Governo, e eu jamais quero atrapalhar o Governo. Então, eu estou encaminhando ao Tribunal de Contas, porque é o papel do Tribunal de Contas.

Sr. Presidente, as informações que chegam a este Parlamentar, também quero contestar o Líder do Governo e gostaria que os Srs. Deputados atentassem para isto, o Líder do Governo diz que não podemos ser pautados por pessoas que andam nos corredores. Eu quero dizer que, por mais ilustre e por mais simples que seja a pessoa nos corredores desta Casa, eu ouço, porque todos são paranaenses e brasileiros e têm que ser respeitados.

Segundo: as informações que estão chegando a este Parlamentar não chegam dos corredores. Chegam informações a este Parlamentar e eu não estou colocando em julgamento, eu estou pedindo informações para depois fazer juízo de valor. Eu não estou argumentando, alegando que há irregularidade. Agora, a informação que chega a este Parlamentar é de que a exceção virou regra.

Na Secretaria de Obras, Sr. Presidente, todas as licitações ou a grande maioria têm aditivos. Ora, aditivo a um contrato é uma exceção. Há casos que justificam o aditivo. Há casos que não justificam o aditivo. Agora, se lá dentro da Secretaria de Obras, dentro das informações que recebi, e por isso para fazer juízo de valor eu preciso

das informações, se todos os contratos, todos os contratos ou a grande maioria dos contratos foram aditivados, algo está errado nessa Secretaria.

Por isto, eu como Deputado não posso abrir mão do apoio do Tribunal de Contas. E aprovado ou não este requerimento, Sr. Presidente, eu vou me dirigir ao Tribunal de Contas. Eu acho desnecessário, mas por respeito a esta Casa, Deputado Luiz Carlos Martins, estou pedindo aprovação porque esta Casa teria uma importância maior no meu requerimento, senão vou encaminhar pessoalmente este requerimento e tenho certeza absoluta de que receberei estas informações.

Agora, não há mais como nós concordarmos com o ilustre Líder do Governo, por mais convincente que ele seja. Não há como convencer este Parlamentar, e aí eu coloco uma dúvida maior, e a dúvida aumenta, a minha preocupação aumenta quando o Líder do Governo não quer prestar as informações a este Parlamentar, para que eu possa chegar aqui e dizer o seguinte: as informações que eu recebi não eram verdadeiras. De repente eu poderia vir aqui, como Líder da Oposição, e dar um atestado de boa conduta à Secretaria de Obras. Agora, se as informações vierem contrárias eu terei que tomar as providências que cabem a este Parlamentar.

Deputado Romanelli, eu sei a preocupação de V. Exa. e V. Exa. não vai gostar do que eu vou dizer aqui: o que estamos sentindo - quero pedir desculpas antecipadas - quando eu vejo a obstrução da fiscalização desta Casa através do rolo compressor do Governo, eu sinto que este Governo é como fruta, ele nasce, cresce, apodrece e morre. Eu acho que o Governo está na fase do apodrecimento porque o Governador - e é difícil eu falar isso, porque é repetitivo, é cansativo, mas eu quero aqui até para tentar convencer os Deputados, é difícil - o Governador no seu primeiro dia do Governo, aqui nesta Casa, baixa um decreto exigindo que o Governo preste informações aos Parlamentares em cinco dias. O tempo foi passando, os problemas foram se avolumando, no final do ano houve um surto no Governo e o Governo revogou o decreto: não se presta mais informações em trinta dias.

O que eu deduzi? O Governador revogou o decreto - porque nós sempre analisamos a boa intenção - o Governador revogou o decreto porque em cinco dias às vezes não há como buscar as informações que o Deputado está querendo. Por exemplo, é o caso do meu requerimento. É um requerimento que exige muitas informações. Aí eu compreendi a revogação do decreto, agora, o que eu não consegui compreender é que eu não possa ter essas informações!

Ontem, aqui nesta Casa, votamos um projeto inconstitucional abrindo mão de legislar para que o Governo governe por decreto. Antes de ontem o meu requerimento foi reprovado, não querendo prestar as informações. Eu também compreendi, porque talvez o Governo não tenha tempo, pois são muitos documentos. Agora eu me socorro do órgão auxiliar, e como disse muito bem o Líder do Governo: constitucionalidade, está

na Constituição, ele é um órgão auxiliar, eu me socorro desse órgão que está à disposição desta Casa e, de repente, o Líder do Governo encaminha para derrubar o meu requerimento!

Por essa razão eu peço, encarecidamente, aos Srs. Parlamentares: não vamos abrir mão dessa prerrogativa que nós temos! E eu não estou aqui dizendo que a Secretaria tem desvio de conduta. Deputado Romanelli, eu assumo um compromisso com V. Exa., quando os documentos chegarem em minhas mãos nós poderemos analisar juntos e se nós não encontrarmos irregularidades nós estaremos aqui neste mesmo microfone, neste mesmo lugar, encaminhando e dizendo aos Srs. Parlamentares: recebi todas as informações e a ação da Secretaria de Obras foi dentro da legalidade. Agora, se o meu requerimento não for aprovado, eu já posso fazer juízo de valor: a fruta com quatro anos começa a apodrecer.

Porque há uma preocupação constante, eu vi aqui os Deputados encaminhando que não estão conseguindo receber informações e por esta razão eu tenho essa preocupação: se nós não estamos conseguindo legislar porque está sendo governado por decreto, se nós aprovamos o orçamento do Estado e o Governador veta um artigo que colocamos lá para respeitar constitucionalmente o que se gasta em Saúde, me preocupa isso!

Por essa razão eu gostaria de pedir aos Srs. Deputados: vamos aprovar esse requerimento, não porque é do Deputado Rossoni, esqueçam que eu sou Líder da Oposição, lembrem que eu sou paranaense, lembrem que eu sou Deputado, lembrem que eu estou aqui para fiscalizar e quanto mais eu atuar, melhor ficará esse Governo, e se esse Governo for bem, o paranaense vai bem, e o paranaense é o povo que eu represento.

Obrigado, Sr. Deputado.

#### O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, eu acompanhava o raciocínio do Deputado Rossoni e durante a discussão de ontem, a Gazeta do Povo fez uma matéria que está na Página Política de hoje e o Chefe da Casa Civil, Dr. Iatauro, diz num parágrafo, que o Governo não deu orientação para seguir os pedidos que devem ser aprovados pela maioria. Eu volto a repetir a orientação do Governador Requião. Enquanto o Governador não fizer um pronunciamento oficial, vou continuar votando a favor de todos os requerimentos nesta Casa, porque o Governador aqui esteve e pediu que nós o ajudássemos a governar. Eu estou ajudando o Governador, até porque eu tenho mais responsabilidade agora, como Deputado que ajudou a eleger o Governador.

Então, o Governador pediu aqui, no começo de 2003 que o ajudassem. Se houver alguma coisa errada, encaminhem. Esse é o papel do Legislativo. Estou aqui na condição de apoiador deste Governo, votando favorável, porque até agora o Governo não disse que não era para aprovar. O Governador não disse. O Líder não quer aprovar os requerimentos. São requerimentos de interesse

do Parlamento do Paraná. O nosso Deputado Romanelli, bacharel, diz que não é para aprovar. Deputado Romanelli, não desconfiando de V. Exa., porque é um homem muito sério, mas eu não ouvi o Governador dizer que não é para aprovar os requerimentos. É uma decisão da Bancada? A Bancada não quer? Eu não estou entendendo. Hoje, mais uma vez, o Chefe da Casa Civil diz: “mas o Governo não deu orientação para segurar os pedidos que devem ser aprovados pela maioria.”

Então, enquanto o Governador não disser: “não quero que aprove mais”, na hora em que ele disser, aí, eu voto contra. Por enquanto, ele não disse. O Governador baixou um decreto, cinco dias e muitos pedidos não foram cumpridos. Estou pedindo e fazendo exatamente o que o nosso Líder pediu. Quem é o nosso Líder? Roberto Requião, Governador do Paraná, que disse em dezembro de 2003: “me ajudem a governar”. Eu não o havia ajudado a se eleger. Fui contra ele. Neste Governo que começou agora, ajudei a eleger. Pedi votos, fiz campanha e o Governador pediu para ajudar. Estou ajudando. Acho que o Governo não deve rejeitar os requerimentos, porque é uma questão de legalidade.

Sr. Presidente, quero chamar a atenção de V. Exa., como já falamos anteriormente. Fico preocupado ao ver o Deputado Rossoni fazer uma questão de ordem. O Tribunal de Contas não tem prazo para responder aos nossos requerimentos. Não existe prazo, de acordo com a lei. Só tem prazo para responder aos nossos requerimentos, os auxiliares do Governador. Nem o Governador tem prazo e isso nos obriga a fazer uma nova lei. Nós precisamos fazer uma nova lei. Se nós fizermos um pedido de informação ao Tribunal de Contas ele pode engavetar e mandar na hora em que quiser. Não tem prazo. A lei é clara. Então, Deputado Rossoni, não adianta fazer pedido para o Tribunal de Contas, porque ele vai informar se quiser. Não tem prazo, não estipula prazo. Então nós temos que arrumar isso.

Deputado Caíto Quintana, V. Exa. que é um especialista, temos que acertar isso. Em quanto tempo o Ministério Público tem que nos responder? Em quanto tempo o Tribunal de Justiça tem que nos responder? Em quanto tempo o Tribunal de Contas tem que nos responder? Nós temos que acertar essa lei, que não diz, não contempla.

Então, o Deputado Rossoni solicitou que peça informações ao Tribunal de Contas. Eu acho justo, mas eles vão mandar na hora que quiserem, porque não estipula prazo.

Eu volto a dizer que eu continuo votando com a palavra do nosso Governador, e agora ainda mais forte, com a palavra do Chefe da Casa Civil que diz que não é para segurar os requerimentos. Enquanto o Governador não fizer um pronunciamento, pode ser até na “Escolinha”. Se ele falar na “Escolinha” está bom também. Eu vou ficar satisfeito e vou entender o Governo.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Para encaminhar o requerimento, o Deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, vejam como termina o Deputado Jocelito Canto. Fica durante horas e horas falando na independência do Poder Legislativo e ele termina que está esperando determinações do Governador.

Olha, eu sou Líder da Bancada do PMDB, e nós aqui temos independência. Nós temos uma formação política que não caminha nessa direção. O Governador, apesar de ser Governador e ser nosso companheiro, nosso amigo, ele nunca vai exigir que algum Deputado vote da maneira que ele pretende.

Outra coisa, Sr. Presidente, eu gostaria de dizer que durante quatro anos do Governo Requião os Deputados usaram e abusaram da liberalidade - nós podemos dizer - do uso do requerimento de informações. Requerimentos de informações foram feitos ao conjunto do Governo, que são pérolas, que deveriam ficar no folclore político. Foi o mau uso do requerimento de informação. Durante quatro anos, se lambuzaram com os requerimentos de informações, que eram todos aprovados. Agora eu pergunto: e os oito anos do Governo do Sr. Jaime Lerner, quando é que nós aqui conseguimos fazer a aprovação de apenas um requerimento de informação?

O Deputado Rossoni deve entender muito de apodrecimento, porque ele presenciou durante esses anos, o apodrecimento do Governo Lerner, uma quadrilha foi montada neste Estado. copiaram tudo, destruíram as estradas, e fomos nós do Requião. Eu era Secretário dos Transportes até outro dia, eu sei, e V. Exa. que foi Secretário dos Transportes, Sr. Presidente Nelson Justus, o esforço todo que V. Exa. fez lá para tentar melhorar as condições das estradas. Mas aqui o apodrecimento caminhava na direção do privilegiamento do pedágio. Vamos deixar as estradas serem destruídas.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Pugliesi, que V. Exa. no encaminhamento da discussão do requerimento se atenha, por gentileza, ao tema do requerimento.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

O que eu quero dizer é que não se pode falar impunemente a respeito do apodrecimento, do quê? Deste Governo? Um Governo que manda apurar. Quando é que o Governo passado mandou apurar alguma coisa? Quando é que o Governo passado puniu alguém?

Então, Sr. Presidente, a liberalidade - vamos dizer, no sentido de nos desviarmos do tema central - é para que possamos fazer a argumentação.

Quero dizer, como Líder da Bancada do PMDB, que nós somos independentes, somos Deputados diferenciados da maneira de nós vermos as coisas. Não se pode

permitir que se diga que o Governo está apodrecido, porque alguns requerimentos de informação não são aprovados. Que consiga no voto como nós tentamos, durante oito anos, nunca conseguimos e nós sabíamos que o jogo do Poder Legislativo é esse mesmo.

Portanto, temos a nossa posição e estamos firmemente decididos para que seja tomada essa posição que nós estamos defendendo.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Me senti ofendido, quero dizer a V. Exa. que ele falou em quadrilha. Só gostaria de perguntar Deputado Waldyr Pugliesi se nessa quadrilha está incluído o Secretário de Transportes e Indústria Comércio, Nelson Justus; o Secretário Rafael Greca fazia parte dessa quadrilha? Quero dizer que não exerci cargo executivo, por esta razão me senti ofendido, porque quando falei que a fruta estava apodrecendo se não me prestassem informação.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Não procede a questão de ordem do Deputado Romanelli.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

V. Exa., eu ia dizer o seguinte: ...

**(É retirado o som)**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Estamos em regime de votação. Para encaminhar o requerimento, Deputado Elio Rusch. É o último inscrito, depois Deputado Reni Pereira.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

A Bancada de Oposição apresentou ontem, segunda-feira, ou semana passada, um requerimento pedindo essas informações ao Governo do Estado.

O Governo usou a sua maioria e derrubou esse requerimento de pedido de informações.

Hoje o requerimento volta a ser discutido, desta feita não endereçado ao Governo, mas sim ao Tribunal de Contas.

Por que é que nós Deputados de Oposição fizemos isso? Não são palavras minhas, mas são palavras de Roberto Requião de Mello e Silva e me parece que ele ainda é Governador do Estado do Paraná. Palavras que ele disse na Sessão Legislativa de 2003.

Deputado Romanelli, Líder do Governo, gostaria que V. Exa., como Líder do Governo, entendesse o que o Governador Roberto Requião disse aqui desta tribuna, e não é o Elio Rusch. Srs. Deputados, apenas estou reprimando o que o Governador disse: *E para tornar a administração pública mais transparente fiz um decreto já nos primeiros dias do meu Governo determinando que*

*as Secretarias, as Autarquias, as Empresas Públicas respondam no prazo máximo de cinco dias os pedidos de informações feitos pelo Poder Legislativo. Não temos nada a esconder. O Governo está aberto para qualquer dúvida.*

Palavras não do Elio Rusch, palavras do Sr. Roberto Requião de Mello e Silva ditas aqui desta tribuna. E ele vai mais além...

**(Tumulto em Plenário)**

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

V. Exa. tem cinco minutos para concluir, Deputado Elio Rusch.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

Desculpe, mas o orador tem que se ater...

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Romanelli, o orador está dentro, realmente. Se o orador desviar do assunto, eu corto a palavra.

**O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB) (Pela Ordem)**

O Regimento da Casa prevê que os requerimentos deverão ser votados. Todo requerimento deve ser votado. O que a Liderança do Governo está fazendo é única e exclusivamente atender o Princípio da Legalidade. Desde esta Legislatura, por decisão da Liderança do Governo e das Lideranças e com a revogação do decreto do Governador Roberto Requião, nós vamos nos ater ao Regimento Interno desta Casa.

Então, não adianta todo Deputado vir aqui e discutir a forma. A forma está prevista em lei. Lei e resolução votadas por esta Casa, têm valor legal. Então, não adianta esta conversa. Discuta o mérito, Deputado! Esta página está virada, está superada. Nós não mudaremos nossa posição. Todos os requerimentos deverão ser discutidos e votados por esta Casa.

É isto. Desculpe me posicionar de forma até enfática, mas quero dizer, porque não adianta esta conversa. Nós vamos ficar aqui um ano falando deste discurso, que efetivamente foi lá em 2003. O abuso, a liberalidade, a permissividade acabou por levar a esta tomada de posição. O que vai valer daqui para frente, vale no início desta legislatura, é o nosso Regimento Interno. E nós todos temos que respeitar. Somos escravos do Regimento Interno.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Deputado Romanelli, a questão de ordem de V. Exa. não procede. Até porque V. Exa. deu a questão de ordem e a resposta, ao mesmo tempo. Todo requerimento deverá ser votado. E ao tempo em que será votado, ele pode e deve ser encaminhado. Esta Presidência, se repetitiva ou não a ação de cada Deputado, cabe aos Parlamen-

tares da Sessão Plenária decidir. Mas, esta Presidência não pode obstar ao Deputado de encaminhar a votação, desde que não se desvie do assunto. Quando houver o desvio do assunto, imediatamente a Presidência intervém. Caso contrário, não.

Deputado Elio Rusch, prossiga dentro do assunto.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Sr. Presidente, eu sei que a verdade dói. Diante da questão de ordem levantada pelo ilustre Líder do Governo, Deputado Romanelli, eu até poderia dizer o seguinte, não são palavras minhas, mas sim do Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Acho que um homem público, investido do mais alto grau no Estado, jamais pode usar dois pesos e duas medidas. A pessoa não pode mudar o seu caráter e muito menos a forma de administrar. Ou, eu diria: antes da eleição, “beijinho, beijinho” e depois da eleição, “pau, pau”. É isto o que se aplica, neste Governo?

E ele disse mais. Estou defendendo o requerimento e pedido de informações que pede transparência. E o Governador do Estado, Deputado Romanelli, disse ainda o seguinte: “...transparência absoluta da administração pública, com envolvimento da sociedade na fiscalização das ações governamentais.”

Ora! O que nós estamos fazendo? O Governador revogou seu decreto. Mas, o Governador não pode revogar por decreto dispositivos da Constituição, nem da Lei Orgânica, nem da Constituição do Estado do Paraná e nem do Regimento Interno. Ora, é uma prerrogativa dos Parlamentares pedir a transparência e o pedido de informações! Qualquer Parlamentar pode fazer isto! É o que nós estamos fazendo: colaborando com o Governador, aquilo que ele disse desta tribuna. Ele não pediu, ainda, Deputado Romanelli. O que nós pedimos é exatamente que o Tribunal de Contas forneça à Assembléia Legislativa aquilo que estamos solicitando para que não venhamos a levar para a imprensa, de repente, aquilo que algumas pessoas estão dizendo nos corredores, nas ruas, enfim, que nos informem.

Nós já tivemos requerimentos aprovados e rejeitados, aqui. Também, pedidos de informação em relação à SANEPAR, Sr. Presidente, e hoje veio alguém da SANEPAR, aqui na Assembléia, para discutir com a Bancada do Governo. Será que nós Parlamentares de Oposição não temos esse direito também de questioná-los?

Lógico, quem tem maioria vota. E cabe, exatamente à sociedade, fazer a avaliação do voto de cada Parlamentar.

O que nós queremos é que seja esclarecido se, efetivamente, esses aditivos que ocorreram nas licitações foram regras ou foram exceções. Alguns estão dizendo que é regra. Não quero acreditar nisso. Quero crer que foram algumas exceções, mas já que esses aditivos foram exceções, então, respondam para nós da Assembléia, dentro do nosso pedido de informação, para que possamos chegar nesta tribuna e dizer, realmente, não é regra

no Governo do Estado os aditivos, mas sim algumas exceções. É isso que nós queremos. Agora, se os senhores rejeitarem, cabe a dúvida.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, até em defesa de alguns membros do nosso bloco, em especial dois que estão no primeiro mandato - eu que cheguei depois que o ex-Governador Jaime Lerner já tinha saído da vida pública do Paraná - entendo que algumas coisas têm que ser claras.

O Poder Legislativo tem sido colocado em xeque não só no âmbito federal, mas no âmbito das Assembléias Legislativas e, também, nas Câmaras de Vereadores. Quem quer respeito tem que se fazer respeitar.

Estamos há 75 dias da posse do Sr. Governador do Estado, aqui, secretariada naquela Sessão Solene pelo nosso atual 1º Secretário, em que o Governador jurou cumprir e fazer cumprir a Constituição e as leis do Estado do Paraná. Nós, há 45 dias, também, repetimos um juramento feito inicialmente. Todos subimos numa plataforma, aqui, e assim prometemos cumprir e fazer cumprir as leis.

Agora, estamos em uma incógnita: ou nós valorizamos o Poder Legislativo e, por isso, quero deixar bem patente que do nosso bloco ninguém tem que se justificar por quadrilha da época do Lupion, da época do Lerner, da época do Requião, mas sim temos que nos justificar perante o papel que temos como Deputado. Nesse sentido, nós prometemos cumprir o nosso papel como Deputados.

Nós convencionamos no nosso Bloco que jamais deixaríamos de aprovar um requerimento porque, a partir do momento que aprovamos, estamos fortalecendo o Poder Legislativo, por meio de sua função, que é de fiscalização.

O que tem ocorrido, e não quero inferir a este Líder do Governo, ao Vanhoni que foi, ao Stica, ao Dobrandino, cada um tem que se justificar para a sociedade, não para este ou aquele Deputado. Todos nós somos Deputados, chegamos pela força do voto da população, valorizamos a nossa função ou seremos considerados como aquele missionário que vai para uma missão sem ter fé, não convence ninguém. Nós temos que vencer a sociedade do Paraná que a Assembléia Legislativa, que o Poder Legislativo é necessário para a harmonia dos Poderes e para o Estado democrático, principalmente dentro do Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DR. BATISTA (PMN)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, gostaria de registrar a presença do Vice-Prefeito de Itambé, o Vitão; dos Vereadores Dindi e Ananias; e do Sidnei, Presidente do Itambé Futebol Clube, que se fazem presentes.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrados. Sejam bem-vindos a esta Casa.

Em votação o requerimento. Os Deputados que aprovam o requerimento da Bancada da Oposição, queiram levantar-se.

Quatorze Srs. Deputados aprovam o requerimento.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

Dezessete Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

**Está rejeitado o requerimento.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Rossoni, já foi feita a verificação de votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, foi feita a votação. Preciso me certificar da votação, então estou pedindo verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vamos fazer em ordem inversa agora. Os Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se.

Dezoito Srs. Deputados rejeitam o requerimento.

Os que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

Quinze Srs. Deputados aprovam o requerimento.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Exa., desculpe o seguinte, não pode considerar o voto do Deputado Edgar Bueno, não pode do....

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Deputado Romanelli, quem decide quem pode ou não votar sou eu. Já registrei a votação novamente:

Quinze Deputados a dezoito. Está **rejeitado** o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para justificar o voto, Sr. Presidente.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pela ordem, Sr. Presidente. Antes de o Deputado Valdir Rossoni justificar o voto, apenas para registrar a presença dos Vereadores de Nova Santa Rosa, o Ademar, o Celso Guerra e o Luiz e também do Vereador de Itaipulândia, Amantino Donini, que estão aqui na tribuna.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado.

O SR. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI (PMDB)

Só para fazer um registro também, a presença de algumas autoridades municipais, meus companheiros e

amigos de Santa Mariana: Vereador Tonhé, o Vereador Rodrigo Bass; de Guapirama, o Prefeito Edui Gonçalves; de Roncador, o Vereador João Natal; e de Cornélio Pro-cópio o Prefeito Amin Hannouch, o Coronel Brás que é o nosso Comandante do 18º Batalhão, o Fred, o Kalil Hannouch e o Dr. Marcio Posi, ex-Prefeito de Cornélio Pro-cópio.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Devidamente registrado. Sejam todos bem-vindos a esta Casa.

O SR. ELTON WELTER (PT)

Quero também registrar, Sr. Presidente, a presença do Vereador Zé Costa da Cidade de Assis Chateaubriand.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Vereador de Assis, seja bem-vindo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Abro mão, Sr. Presidente, porque o Líder do Governo parece que é contrário a eu justificar o voto e me submeto ao “todo poderoso”.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Requerimento nº 359, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 360, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 361, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 364, de autoria do Sr. Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 371, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimento nº 372, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos n°s 373 a 375, de autoria do Sr. Deputado Jocelito Canto, constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

Requerimentos n°s 376 e 377, de autoria do Sr. Deputado Artagão Júnior, constantes do expediente. Em discussão.

UM SR. DEPUTADO (**Pela Ordem**)

Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155 do Regimento Interno.

### ***Encerramento da Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, às dez horas, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Resolução n° 003/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 012, 014 e 080/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 005, 024, 071 e 077/07.

Levanta-se a Sessão.

### ***Publicações:***

#### ***Ata de Comissão***

#### ***Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação***

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos quatorze dias do mês de março do ano de dois mil e sete, na Sala de Reuniões da Presidência no Plenário, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação, sob a presidência do Deputado Marcelo Rangel e com a presença dos Deputados: Elio Rusch, Duílio Genari, Dobrandino da Silva, Luiz Nishimori e Péricles de Mello. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n° 05/07, de autoria do Poder Executivo. Relator: Deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO; 02) Projeto de Lei n° 048/07, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que altera a Lei n° 14.743, de 15 de junho de 2005. Relator: Deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Richard Rüppel Sotto Maior, Secretário da Comissão, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente  
Richard Rüppel Sotto Maior - Secretário

